

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO E 31 DE DEZEMBRO

(Em Milhares de Reais)

A T I V O

	Nota	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	50.670	45.386
Contas a receber	5	31.475	30.431
Estoques	6	119.208	92.506
Impostos a recuperar	7	5.107	3.923
Outros créditos	8	5.659	5.503
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>212.119</u>	<u>177.749</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a receber	9	248.306	247.777
Depósitos recursais	10	12.026	11.946
Cauções	11	6.831	6.817
		<u>267.163</u>	<u>266.540</u>
Investimento	12	167	167
Imobilizado	13	273.614	276.166
Intangível	14	1.585	1.600
Subvenção do Tesouro para investimento	15	(36.696)	(38.054)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>505.833</u>	<u>506.419</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>717.952</u>	<u>684.168</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
 Diretor Administrativo
 CPF 730.465.237-34

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
 Gerente Geral de Planejamento e Finanças
 CPF 491.885.187-87

CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
 Contador - CRC-RJ 044.218/O-0
 CPF 414.363.777-49

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO E 31 DE DEZEMBRO
 (Em Milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	28.957	34.341
Obrigações trabalhistas e sociais	17	45.611	50.798
Obrigações tributárias	18	2.087	210
Previdência privada - NUCLEOS	23	18.974	18.214
Obrigações com clientes	19	10.739	10.186
Outras obrigações	20	6.248	6.703
Receita de subvenção a realizar	21	26.489	10.634
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>139.105</u>	<u>131.086</u>
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a Longo Prazo			
Empréstimos - INB	22	32.095	31.198
Previdência privada - NUCLEOS	23	199.442	198.096
Provisões para contingências	24.2	35.558	35.729
Obrigações com clientes	19	1.033	1.033
Imóvel para aumento de capital	13.1	1.560	1.560
Receita de subvenção a realizar	21	111.523	87.338
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>381.211</u>	<u>354.954</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	25.1	61.210	61.210
Reserva de reavaliação	25.2	35.683	36.863
Ajuste de avaliação patrimonial	13.1	159.864	159.864
Prejuízos acumulados		(59.121)	(59.809)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>197.636</u>	<u>198.128</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>717.952</u>	<u>684.168</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
 Diretor Administrativo
 CPF 730.465.237-34

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
 Gerente Geral de Planejamento e Finanças
 CPF 491.885.187-87

CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
 Contador - CRC-RJ 044.218/O-0
 CPF 414.363.777-49

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE MARÇO E 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

	Nota	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
RECEITA LÍQUIDA	26	70.206	362.862
Custo dos produtos e serviços vendidos	27	(484)	(49.512)
RESULTADO BRUTO		69.722	313.350
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e comerciais	28	(36.073)	(176.595)
Tributárias		(1.899)	(2.254)
Financeiras líquidas	29	(1.414)	(3.651)
Custos fabris não apropriados à produção	30	(26.621)	(132.978)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(66.007)	(315.478)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS		-	-
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS E RECEITAS		-	-
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		3.715	(2.128)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.715	(2.128)
Número de ações em lote de mil		61.210	61.210
Resultado do exercício por ação em R\$		0,06	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Administrativo
CPF 730.465.237-34

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Contador - CRC-RJ 044.218/O-0
CPF 414.363.777-49

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA EM 31 DE MARÇO E 31 DE DEZEMBRO
 (Em Milhares de Reais)

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do exercício	3.715	(2.128)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Variações monetárias líquidas	897	3.386
Depreciações	2.681	10.474
Amortizações	14	14
Baixa no ativo imobilizado	-	11
Baixa no ativo intangível	-	-
Baixa de passivo circulante - Adesão ao REFIS	(4.208)	4.209
Realização das subvenções de investimentos	(1.358)	1.800
	1.741	17.766
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a receber	(1.572)	(29.783)
Outros créditos	(155)	763
Estoques	(26.703)	(35.490)
Depósitos recursais e cauções	(93)	(535)
Impostos a recuperar	(1.184)	(568)
	(29.707)	(65.613)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(5.383)	(9.858)
Obrigações trabalhistas e sociais	(5.187)	16.041
Obrigações tributárias	1.876	(4.273)
Previdência privada	6.317	19.640
Obrigações com clientes	552	2.125
Subvenções a realizar/outras	39.585	34.187
Provisões	(171)	30.831
	37.589	88.693
Fluxo Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	9.623	40.846
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de investimento	-	(30)
Aquisição de imobilizado	(128)	(4.071)
Aquisição de intangível	-	(403)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Subvenções para amortização de dívida - Nucleos	(4.211)	(17.487)
Fluxo de Caixa Gerado (Aplicado) no Exercício	5.284	18.855
Aumento (Redução) nas Disponibilidades		
Saldo final do disponível (2017 / 2016)	45.386	26.531
Saldo final do disponível (2018 / 2017)	50.670	45.386
Variação no Saldo das Disponibilidades	5.284	18.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

 OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
 Diretor Administrativo
 CPF 730.465.237-34

 GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
 Gerente Geral de Planejamento e Finanças
 CPF 491.885.187-87

 CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
 Contador - CRC-RJ 044.218/O-0
 CPF 414.363.777-49



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 31 DE MARÇO E 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	3.715	(2.128)
Outros resultados abrangentes	(1.180)	(4.719)
Realização da Reserva de Reavaliação	(1.180)	(4.719)
Baixa da Reserva de Reavaliação		
Resultado abrangente	<u>2.535</u>	<u>(6.847)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Administrativo
CPF 730.465.237-34

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Contador - CRC-RJ 044.218/O-0
CPF 414.363.777-49

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE MARÇO E 31 DE DEZEMBRO
 (Em Milhares de Reais)

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Receitas		
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	867	13.036
	<u>867</u>	<u>13.036</u>
Insumos próprios e adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos e serviços prestados	(484)	(49.512)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(3.848)	(25.272)
	<u>(4.332)</u>	<u>(74.784)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(3.465)</u>	<u>(61.748)</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(2.681)	(10.488)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>(6.146)</u>	<u>(72.236)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Recursos orçamentários do Tesouro Nacional	69.481	356.258
Receitas financeiras	-	204
Valor adicionado total a distribuir	<u>63.335</u>	<u>284.226</u>
Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos	43.328	205.731
Honorários de diretoria	184	1.478
Planos de aposentadoria e pensão	9.180	33.223
Provisões (trabalhistas, cíveis e tributárias)	3.474	33.381
Impostos, taxas e contribuições	1.899	2.254
Impostos Federais sobre vendas	50	192
Impostos Estaduais sobre vendas	63	6.152
Impostos Municipais sobre vendas	27	88
Juros e atualizações monetárias	1.414	3.855
Resultado do exercício	3.716	(2.128)
Valor adicionado distribuído	<u>63.335</u>	<u>284.226</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

 OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
 Diretor Administrativo
 CPF 730.465.237-34

 GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
 Gerente Geral de Planejamento e Finanças
 CPF 491.885.187-87

 CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
 Contador - CRC-RJ 044.218/O-0
 CPF 414.363.777-49

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Milhares de Reais)

		Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2018	Nota	61.210	41.582	159.864	(66.609)	196.047
Realização reserva de reavaliação	20	-	(4.719)	-	4.719	-
Baixa de IR e CSSL - Anistia - Adesão ao REFIS		-	-	-	4.209	4.209
Resultado do exercício		-	-	-	(2.128)	(2.128)
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2018		61.210	36.863	159.864	(59.809)	198.128
Realização reserva de reavaliação	20	-	(1.180)	-	1.180	-
Baixa de IR e CSSL - Anistia - Adesão ao REFIS		-	-	-	(4.209)	(4.209)
Resultado do exercício		-	-	-	3.715	3.715
Saldo em 31 de março de 2019		61.210	35.683	159.864	(59.121)	197.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Administrativo
CPF 730.465.237-34

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Contador - CRC-RJ 044.218/O-0
CPF 414.363.777-49

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DEZEMBRO DE 2018
(Em Milhares de Reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP, (denominada “NUCLEP” ou “Companhia”), empresa de capital fechado, é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Sua sede está situada no Edifício RB1, Avenida Rio Branco, nº 01 – Sala 1610, Centro – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.090-003. Sob o controle acionário da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, com objetivo social de projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados para usinas nucleares, assim como equipamentos para a construção naval e offshore, e outros projetos.

Em face da falta de investimentos na área nuclear e atuando em um mercado bastante restrito, a empresa é obrigada a reorientar suas atividades econômicas para outros segmentos. Com isso, as necessidades de capital de giro vêm sendo supridas com os recursos da União, que durante o primeiro Trimestre de 2019 foram de R\$ 69.480 mil (2018: R\$ 382.862 mil).

A empresa mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes: Plano de assistência médico-odontológico, extensivo aos dependentes; alimentação; transporte e plano de previdência privada com coparticipação dos empregados.

2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia adotou todas as normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, mediante revisão do pronunciamento já interpretado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em vigência até 31 de março de 2019. Quanto as novas normas e interpretações ainda não efetivadas para os trimestres iniciados após 1º de abril de 2019, a empresa não adotou essas alterações na elaboração destas demonstrações financeiras e não tem intenção de adotar de forma antecipada.

A Administração da Companhia, ratifica que todas as informações relevantes das Demonstrações Financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.1 – Demonstração do valor adicionado - DVA

A companhia elaborou a DVA nos termos da Deliberação CVM nº 557/08 e do Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual, é apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.2 Demonstração do Resultado Abrangente – DRA

Embora não esteja previsto na Lei 6.404/76, a companhia elabora a DRA conforme resolução CFC N.º 1.185/09; CPC 26 e CVM 676/11, sendo parte integrante das demonstrações financeiras.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, é necessário fazer uso de estimativas com base em premissas que alteram os valores dos ativos e passivos, com reflexos nas receitas e despesas. Essas estimativas correspondem: avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; vida útil do ativo imobilizado; análise de risco de crédito para determinação de provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD, assim como da avaliação dos demais riscos relacionadas a outras provisões, como contingenciais pertinentes aos processos judiciais (trabalhistas; cíveis e tributárias). Embora a administração faça uso de avaliações que são revisados periodicamente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

2.4 Base de Conversão de Moeda

a) A moeda funcional e a de apresentação

A moeda funcional e a moeda de apresentação da companhia, é o Real (R\$).

b) Transações e saldos monetários

As operações com moedas estrangeiras, são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são mensurados. Variações positivas e negativas cambiais decorrentes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, oriundas de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela empresa estão descritas a seguir:

3.1 – Aos instrumentos financeiros ativos e certos passivos, como empréstimos, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, não se aplicam quaisquer ajustes para mensurá-los ao valor justo ou ao valor presente. Não se tem a mensuração do valor de mercado desse instrumento, dado que a intenção da entidade é ter os títulos até o vencimento.

3.1.1 – Caixa e equivalente de caixa compreendem os numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com livre movimentação nas operações da empresa.

3.1.2 – As contas a receber estão registradas ao valor original das vendas de produtos e serviços, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, julgados suficientes pela administração, conforme Nota 5;

3.1.3 – Ao ativo realizável a longo prazo, não se aplicam a apuração de perdas ou desvalorização;

3.1.4 – Outros créditos estão registrados ao valor original;

3.2 – Os estoques estão registrados ao valor do custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado ou de reposição;

3.3 – O imobilizado está registrado ao custo de aquisição e corrigido monetariamente até dezembro de 1.995, sendo considerado o prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens estabelecidos na Instrução Normativa SRF n.º 1.700/17. A taxa anual da depreciação, é fixada em função do prazo, durante o qual se possa esperar utilização econômica conforme estabelecido no regulamento do imposto de renda. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.

3.3.1 – Quanto aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 e 13, aprovados respectivamente pelas Deliberações CVM nº 639/10 e 565/08 a empresa entende que não há indícios de desvalorização, sendo desnecessária a redução de seu valor contábil, considerando que além dos serviços usuais de manutenção, a empresa iniciou a remodelação tecnológica das principais máquinas e equipamentos do parque industrial. Independentemente deste entendimento, a Nuclep contratou em dezembro de 2018 através de um processo licitatório, uma empresa especializada em: avaliação patrimonial de bens moveis, serviços de inventário físico com emplaquetamento dos bens, conciliação entre os controles físico e contábil, entre outros. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial, são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como componentes específicos, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses componentes forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, sendo baixados os residuais dos componentes substituídos.

3.3.2 – Conforme nota 25.2 a NUCLEP realizou no ano base de 2000, a reavaliação dos seus bens do ativo imobilizado, o que era permitido na época. Em 2016, iniciou um plano de diretrizes para implementação de avaliação nos ativos fixos da empresa para os próximos anos. A estimativa para 2018 apresentada no plano de negócio da empresa foi realizada, assim como o design e a nova tecnologia para as plaquetas de patrimônio. Para o exercício corrente, estão assim apresentadas:

Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial Executado Em 2018
<ul style="list-style-type: none">- Contratação/Remanejamento de Pessoal- Revisão da Implementação do ERP – Módulo do Ativo Fixo- Integração ERP – Módulo do Ativo Fixo com o SIAFI- Definição da tecnologia para o Controle de Inventário- Laudo de Avaliação Patrimonial – Contratação
Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial A Executar Em 2019
<ul style="list-style-type: none">- Laudo de Avaliação Patrimonial – Realização- Confecção de Relatórios do Ativo Fixo via ERP

3.4 – As provisões trabalhistas contingenciais, são mantidas regularmente com encargos sociais e foram estimadas com base na opinião dos nossos advogados;

3.5 – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos quando da entrada dos recursos líquidos e são apresentados pelo custo, acrescido de atualização monetária e juros proporcionais ao período incorrido, deduzidos dos pagamentos efetuados;

3.6 – A reserva de reavaliação será mantida até a realização total dos ativos que a originaram, por meio de depreciação;

3.7 – As receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade, de modo que esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados, compreendendo o valor das vendas de produtos e serviços, sendo reconhecidas pelo regime de competência.

3.8 – Subvenções, são assistências financeiras governamentais recebidas do Tesouro Nacional, destinadas a investimentos (aquisição de ativos); pagamento de pessoal e custeio, reconhecidas pelo regime de competência nos períodos, ao longo dos quais, a entidade reconhece os custos/despesas.

A subvenção relacionada aos investimentos (aquisição de ativos) é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção da depreciação reconhecida no resultado do exercício.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Corresponde à conta única centralizada no Tesouro Nacional, a qual, a empresa está vinculada como usuária do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), onde movimenta os recursos próprios e os recursos provenientes do tesouro nacional estabelecidos no orçamento.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Pessoal	37.349	28.581
Custeio – Fonte Tesouro Nacional	661	5.570
Custeio - Fonte Própria	12.660	11.235
	50.670	45.386

5 – CONTAS A RECEBER

Do total do Contas a Receber, 60% (sessenta por cento) equivale ao crédito que a empresa tem com a Secretaria do Tesouro Nacional. Este crédito foi constituído com base na portaria n.º 1, de 11 de janeiro de 2.010 do Ministério do Planejamento, onde estabeleceu que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tenham direito a receber do Tesouro Nacional, recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, transitadas e julgadas. Os 40% (quarenta por cento) restantes, são decorrentes das atividades econômicas da empresa.

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	24.823	24.551
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	3.066	3.054
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.388)	(15.388)
Secretaria do Tesouro Nacional	18.974	18.214
	31.475	30.431

Com relação a provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, a empresa utiliza os seguintes critérios:

- a) As perdas que já possuem uma declaração de insolvência do devedor, mediante sentença emanada pelo poder judiciário;
- b) Todos os títulos com valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por operação já vencidos há mais de um ano;
- c) Os títulos com valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) vencidos há mais de um ano, mas com procedimentos judiciais para o seu recebimento.

6 – ESTOQUES

São custos de produtos acumulados na elaboração da produção, a serem faturados. O saldo de importações em andamento, refere-se aos custos/despesas de matéria prima e de item de estoque, aguardando a finalização do desembaraço. No tocante ao aspecto quantitativo, a produção em processo representa 86% (oitenta e seis por cento) do estoque total (2018: 82%). Desta forma, os saldos relativos aos estoques estão assim demonstrados:

	Março 2019	Dezembro 2018
Produtos em Processo - Circulante		
Eletronuclear	18.363	12.099
Itaguaí Construções Navais - ICN	3.979	1.043
Centro Tecnológico da Marinha – S.P. - CTMSP	76.551	59.711
Outros Projetos	3.095	3.504
Produtos em Processo Total	101.988	76.357
Estoque		
Produtos em Processo - Circulante	101.988	76.357
Matéria Prima	7.201	7.955
Almoxarifado	10.019	7.025
Importação em Andamento		1.169
	119.208	92.506
Estoque Total	119.208	92.506

7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

São créditos com IPI; Imposto de Renda; COFINS e ICMS, decorrentes das aquisições de matéria prima e outros insumos, como energia elétrica, depreciação entre outros, utilizados na produção conforme legislação vigente, corrigidos monetariamente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e passíveis de compensação após o encerramento do ano calendário.

	Março 2019	Dezembro 2018
Tributos Federais		
IPI	1.254	1.254
Imposto de Renda e C.S.L.L	99	72
COFINS	2.185	1.889
PASEP	471	407
	4.009	3.622
Tributos Estaduais	2019	2018
ICMS	1.098	301
	1.098	301
Total de Impostos a Recuperar	5.107	3.923

8 – OUTROS CRÉDITOS

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Adiantamentos a Fornecedores	2.105	2.105
Adiantamentos a Empregados (13 Sal. e Férias)	3.906	3.750
Outras Contas	350	350
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(702)	(702)
	<u>5.659</u>	<u>5.503</u>

9 – CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

Do total do Contas a Receber, 95% (noventa e cinco por cento) corresponde ao crédito que a empresa tem com a Secretaria do Tesouro Nacional. Este crédito foi constituído com base na portaria n.º 1, de 11 de janeiro de 2.010 do Ministério do Planejamento, onde estabeleceu que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tem direito a receber do Tesouro Nacional, recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, transitadas e julgadas, a saber:

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Secretaria do Tesouro Nacional:		
Núcleos – Instituto de Seguridade Social	199.441	198.096
Reclamações Cíveis	32.085	32.085
Reclamações Trabalhistas	3.474	3.644
TOTAL	235.000	233.825
Plano Médico – coparticipação empregados	13.306	12.663
Duplicatas a Receber - INB	-	1.289
	<u>248.306</u>	<u>247.777</u>

10 – DEPÓSITO RECURSAIS

Correspondem a depósitos judiciais vinculados a diversas processos trabalhistas. Por não concordar com as decisões proferidas pela justiça, a NUCLEP se vê na obrigação de recorrer diante da expectativa e da possibilidade de reverter enquanto couber recurso.

11 – CAUÇÕES

São depósitos efetuados conforme estabelecidos em cláusulas contratuais, a serem resgatados após encerramento dos respectivos contratos, a saber:

COMPOSIÇÃO	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Eletronuclear	4.630	4.630
Itaguaí Construções Navais - ICN	1.951	1.937
Impsa	250	250
	<u>6.831</u>	<u>6.817</u>

12 – INVESTIMENTOS

Valor correspondente aos depósitos compulsórios a favor da Eletrobrás efetuados na década de 80, conforme diversas faturas de cobrança de energia elétrica, convertido em 6.036 ações nominiais a favor da NUCLEP.

13 – IMOBILIZADO

Contas	2019						2018
	Taxa de Depreciação	Saldo Inicial	Adição Ao Ativo	Baixa de Ativo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
ADIANTAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
EDIFICAÇÕES	-	78.874	-	-	(28.548)	50.326	50.765
EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	2%	142.681	2	-	(97.961)	44.722	46.764
INSTALAÇÕES	2%	9.693	-	-	(3.987)	5.706	5.776
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4%	12.430	36	-	(4.327)	8.139	8.341
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	5%	2.820	4	-	(1.946)	878	911
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10%	7.892	87	-	(5.678)	2.301	2.049
TERRENOS	20%	161.424	-	-	-	161.424	161.424
VEÍCULOS	20%	1.418	-	-	(1.300)	118	136
Total Geral		417.232	129	0	(143.747)	273.614	276.166

13.1 - Instalações NUCLEP – Com base na premissa, de que um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade, fizemos o reconhecimento contábil do terreno, como nosso ativo em 2012. Em seguida, a NUCLEP ajustou o valor contábil do imóvel com base em laudo de avaliações, com a finalidade de corrigir um erro material, fato esse que tornava as Demonstrações Financeiras deficientes em termos de relevância por ter um ativo registrado na contabilidade com o valor menor que o valor justo. Cabe frisar, que juridicamente a titularidade deste terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP, está em nome das Indústrias Nucleares do Brasil – INB, sendo que o registro contábil deste imóvel, consta como bem patrimonial nas duas empresas, faltando apenas, a decisão a ser definida de comum acordo entre as empresas e órgãos superiores.

Em 14/09/2018, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, o qual a NUCLEP estava vinculada, estabeleceu através do aviso nº 371/2018, a reabertura do processo nº 00400.006127/2010-18 que visa a regularização do terreno em que se encontra a fábrica da NUCLEP, constituindo um grupo de trabalho com representantes da NUCLEP, INB, CNEN e MCTIC.

Custo Contábil	1.560
Ajuste	159.864
Valor Justo	161.424

14 – INTANGÍVEL

São transferências tecnológicas que estão em andamento. Correspondem a utilização de software relativo ao Enterprise Resource Planning – ERP, que está em fase de implantação pela empresa Benner e de aquisição de 200 licenças de office standard.

	Março 2019	Dezembro 2018
Sistema de Governança Corporativo – ERP - BENNER	1.331	1.331
Softwares – SIEMENS	254	269
Total	1.585	1.600

15 – SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

São recursos oriundos do Tesouro Nacional, relacionados aos ativos imobilizados que foram adquiridos pela Companhia a partir do exercício de 2008, sendo reconhecidos como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção de sua depreciação, de acordo com a Deliberação CVM nº 646/10 e o Pronunciamento Contábil nº 07 emitido pelo CPC. Os saldos estão apresentados a seguir:

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Aquisições	(38.171)	(44.484)
Receita realizada (acumulada)	1.475	6.430
	<u>(36.696)</u>	<u>(38.054)</u>

16 – FORNECEDORES

Este saldo, é composto de obrigações com empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado; materiais para consumo imediato e serviços, como plano médico; transporte; alimentação e outros.

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
No país	26.508	32.061
No exterior	2.449	2.280
Total	28.957	34.341

17 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Salários e Consignações	17.916	14.995
Férias	27.695	35.803
	45.611	50.798

Salários e Consignações

Devido a mudança de procedimento quanto ao pagamento da folha e de outros no tocante a pessoal através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o Tesouro Nacional investe na busca de melhoria na eficiência da utilização dos recursos, estabelecendo medida em que, os recursos serão transferidos da conta única, no dia subsequente após a emissão da ordem bancária, caracterizando desta forma, os efetivos pagamentos.

Férias

São obrigações apuradas individualmente até a data do encerramento do trimestre pela área de recursos humanos, sendo composta de férias vencidas; proporcionais e de encargos sociais sobre as mesmas (INSS, FGTS, Outros).

18 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

São tributos que incidem sobre prestações de serviços e sobre as receitas com vendas entre outros, conforme contrato de comercialização e com recolhimento no prazo do vencimento.

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Tributos Federais		
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.952	-
C.S.L.L.	-	-
INSS	34	44
Diversos Lei 9.430	101	43
	2.087	87
Tributos Estaduais		
ICMS	-	21
	-	108
Tributos Municipais		
ISS	-	89
IPTU	-	13
	-	102
Total dos Impostos a Recolher	2.087	210

19 - OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Compreende os valores recebidos por conta de eventos contratuais de fabricação e a receita é reconhecida na proporção em que os eventos físicos de cada contrato são concluídos. Estão divididos em circulante e não circulante.

	<u>Março 2019</u>		<u>Dezembro 2018</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Centro Tecnológico da Marinha em SP - CTMSP	7.619		7.342	-
Indústrias Nucleares do Brasil - INB	-	1.033	-	1.033
Eletronuclear S/A - Eletronuclear	382		382	-
Itaguaí Construções Navais – ICN	2.738		2.462	-
	10.739	1.033	10.186	1.033

20 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Correspondem as consignações efetuadas na folha de pagamento dos empregados, inerentes a coparticipação de benefícios concedidos pela empresa, como refeição, assistência médica e outros para serem repassados para diversos credores. Em função da mudança de metodologia e do sistema de processamento relativos a assistência médica, diversos processos de cobrança foram gerados além do prazo inicialmente previstos no decorrer dos exercícios anterior e corrente.

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Assistência Médica	4.058	4.124
Retenções – Empréstimos e Financiamentos	1.204	1.350
Retenções – NUCLEOS	708	899
Entidades Representativas de Classe	-	116
Outros	278	214
Total	6.248	6.703

21 – RECEITA DE SUBVENÇÃO A REALIZAR

São recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional, em forma de subvenção para cobrir custos/despesas que ainda não incorreram. De acordo com a deliberação CVM nº 646/10 e CPC 07 e considerando que a receita de subvenção, deve ser confrontada com as despesas que se pretende compensar, reclassificamos o excesso recebido para receita de subvenção a realizar. A subvenção do não circulante foram destinadas para custear aos contratos de construção de longo prazo, os quais, encontram-se em andamento.

	Março 2019		Dezembro 2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Pessoal e Benefícios	26.489	-	10.634	24.609
Produção em andamento	-	111.523	-	62.729
	26.489	111.523	10.634	87.338

22 – EMPRÉSTIMOS INB

Concedido pela INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A em 09 de dezembro de 1992, remunerado pela TR e acrescido de juros de 12% a.a., sendo que a quitação deveria ser efetuada mediante pagamento através de prestação de serviços técnicos até 31 de dezembro de 1997 e o saldo remanescente atualizado no montante de R\$ 31.198 mil (2018: R\$ 27.812 mil) deveria ser quitado em 8 (oito) prestações mensais sucessivas até 31 de agosto de 1.998. Como não houve recursos financeiros para quitação desta dívida, as empresas estão negociando uma nova proposta de pagamento.

23 – PREVIDÊNCIA PRIVADA - NUCLEOS

DÍVIDA CONSOLIDADA	Março 2019	Dezembro 2018
Circulante	18.974	18.214
Não Circulante	199.442	198.096
	218.416	216.310

A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram em 21/11/2007 Termo de Transação, no valor de R\$ 120.111 mil, atualizado até 31/10/2007, homologado em juízo, consolidando as dívidas existentes, em conformidade com laudo pericial no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3, junto da 30ª Vara Civil do Rio de Janeiro.

Este laudo pericial que serviu de base ao Termo de Transação, reduziu a dívida em R\$ 112.813 mil na data base de 31/12/2006.

Em 17/12/2007, foi realizado perante a 11ª Câmara Cível, o julgamento da apelação nº 2007.001.65700, interposta pela NUCLEP sobre o restante da dívida no valor de R\$ 112.813 mil.

Em 02/12/2014, o Supremo Tribunal de Justiça – STJ negou provimento ao recurso interposto pelo NUCLEOS (Agravo 222.312-RJ) e, conseqüentemente, manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à NUCLEP.

Em 19/11/2015, o Supremo Tribunal Federal – STF negou provimento ao Recurso interposto pelo NUCLEOS e manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à Nuclep. Houve o trânsito em julgado da decisão. Os autos foram encaminhados ao TJRJ em 27/11/2015.

O Termo de Transação já citado veio estabelecer novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do INPC e carência de 24 meses, determinando o pagamento da 1ª parcela em 02/12/2009.

24 – PROVISÕES: ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

24.1 Ativos Contingentes:

Não são reconhecidos contabilmente, exceto se a administração possuir total controle da situação ou quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais, não couber mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os ativos contingentes, tem como base, os relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC nº. 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM (Deliberação CVM nº 594/09), cuja expectativa de êxito é considerada como certa. Dos principais processos em tramitação, consta o processo movido contra a TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A (vide N. Ex. 33). Os processos elencados abaixo individualizados, correspondem a 76% (setenta e seis por cento) e os diversos processos, 24% (vinte e quatro por cento) de um total de 18 (dezoito) processos, conforme segue:

Ações Cíveis	
Processos:	Março 2019
0183762-55.2016.8.19.0001	12.721
0110224-85.2009.8.19.0001	2.225
0188870-65.2016.8.19.0001	2.082
Demais Processos	5.214
Total	22.242

24.2 Passivos Contingentes:

A empresa mantém provisões em função de processos trabalhistas e cíveis, objetivando demonstrar prováveis perdas nas causas judiciais que poderão ser decididos contra a Nuclep. Foram constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM (Deliberação CVM nº 594/09). Dentre as ações de reclamações trabalhistas, constam diversos processos movidos pelos empregados da Nuclep que, requerem a retroatividade das perdas do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR que foi implantado sem efeito retroativo. A quitação das sentenças trabalhistas e cíveis, são feitas com aportes do Tesouro Nacional, inseridos no Orçamento da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, conforme portaria nº. 1, de 11/01/2010.

Ações trabalhistas:

Os processos elencados abaixo individualizados, correspondem a 44% (quarenta e quarto por cento) e o restante, 56% (cinquenta e seis por cento) de um total de 65 (sessenta e cinco) processos, conforme segue:

Processos:	Março 2019
0100802.96.2018.5.01.0462	563
0100697.25.2018.5.01.0461	331
0007800.87.2008.5.01.0461	305
0101761.07.2017.5.01.0461	201
0080800.36.2007.5.01.0060	138
Diversos Processos	1.936
Total de Ações Trabalhistas	3.474

Ações Cíveis:

Os processos elencados abaixo individualizados, correspondem a 93% (noventa e três por cento) e o restante, 7% (sete por cento) de um total de 28 (vinte e oito) processos, conforme segue:

Processos:	Março 2019
0222227-84.2016.3.00.0000	23.500
0007218-12.2017.8.19.0024	5.825
0010421-21.2013.8.19.0024	516
Diversos Processos	2.243
Total de Ações Cíveis	32.084

Total dos Passivos Contingentes	35.558
--	---------------

As contingências classificadas como possíveis, não são reconhecidas contabilmente e estão assim representadas:

	Março 2019	Dezembro 2018
Ações trabalhistas	54.549	57.333
Ações cíveis	4.925	4.925
	59.474	62.258

25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Março 2019	Dezembro 2018
Capital Autorizado	183.524	183.524
Capital a integralizar	(122.314)	(122.314)
Capital Subscrito e Integralizado	61.210	61.210
Reserva de Reavaliação	35.683	36.863
Ajuste de Avaliação Patrimonial	159.864	159.864
Prejuízos Acumulados	(59.121)	(59.809)
Total	197.636	198.128

25.1 – Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, é de R\$ 61.210.000,00 (sessenta e um milhões e duzentos e dez mil) dividido em ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em 18/03/94, através da 47ª. AGO, o Conselho de Administração aprovou limite de aumento em até 183.523.810 (cento e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e dez) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

O capital social subscrito e integralizado, possui a seguinte composição:

	Março 2019	
- Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN	99,9995%	61.209.9995
- Outros (Pessoas Físicas)	0,0005%	5
	100,0000%	61.210.000

25.2 – Reserva de Reavaliação

No ano base de 2.000, foi efetuada a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, cujo saldo, é de R\$ 35.683 mil (2018: R\$ 36.863). Neste período, foram realizadas baixas no montante de R\$ 1.180 mil (2018: R\$ 4.719 mil).

	Março 2019	Dezembro 2018
Instalações	40	159
Edifícios	315	1.258
Terminal Marítimo	20	81
Acesso ao Terminal Marítimo	8	32
Máquinas e Equipamentos industriais	797	3.189
	1.180	4.719

26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

– Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços

São receitas decorrentes das atividades operacionais da empresa no período, a saber:

	Março 2019	Dezembro 2018
ICN	483	9.843
Eletronuclear	377	436
CTMSP	-	2.407
Outros	7	350
Total da Receita Operacional Bruta	867	13.036

– Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional

São suportes financeiros recebidos em forma de subvenção, destinados a manutenção da empresa. Tem como objetivo, fazer face as despesas com pessoal, parte dos custos operacionais e aos investimentos. São

contabilizados conforme estabelece a norma contábil deliberada pela CVM n.º 646/10 e o Pronunciamento CPC 07, ou seja, como receita de subvenção no mesmo período de reconhecimento das despesas a que estão associadas. Os recursos recebidos para investimentos, são demonstrados em conta redutora do Ativo Não Circulante e reconhecidos no resultado na mesma proporção da depreciação ou baixa do bem correspondente.

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Pessoal	55.913	285.814
Custeio	12.092	64.013
Investimentos	1.475	6.430
Total dos Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional	69.480	356.257
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	70.347	369.293

– Consolidação da Receita Operacional Bruta

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Receita Operacional Bruta	70.347	369.293
(-) Impostos, Contribuições e outras deduções sobre vendas	(141)	(6.431)
Receita Operacional Líquida	70.206	362.862

27 - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS

A NUCLEP por ser uma empresa dependente financeiramente do Tesouro Nacional, mantém parte das suas aquisições dos seus insumos de produção, com recursos recebidos em forma de subvenção e o restante com recursos próprios decorrentes de suas atividades operacionais. Insumos como Mão de Obra; Transporte e Alimentação, são 100% (cem por cento) adquiridos com recursos subvencionados e o restante apenas parte. A seguir, discriminamos os principais insumos apropriados como Custos dos Produtos e Serviços Vendidos:

	<u>Março 2019</u>		<u>Dezembro 2018</u>	
Mão de obra	(450)	→ 93%	(46.385)	→ 93,7%
Material	(5)		(472)	
Serviços	-		(70)	
Transporte	(15)	→ 7%	(1.499)	→ 6,3%
Alimentação	(10)		(949)	
Depreciação	(4)		(137)	
	(484)	100,0%	(49.512)	100,0%

28 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

São os custos que incorrem com as áreas da Presidência; Conselhos de Administração e Fiscal; Diretorias Administrativa e Comercial, a saber:

	<u>Março 2019</u>		<u>Dezembro 2018</u>	
Pessoal	(26.070)	→ 72%	(118.183)	→ 67%
Depreciação	(2.681)		(5.982)	
Serviços e Materiais	(3.848)	→ 28%	(33.481)	→ 33%
Outros	(3.474)		(18.949)	
	(36.073)	100%	(176.595)	100%

29 – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Dentre as despesas financeiras, destaca-se R\$ 897 mil (oitocentos e noventa e sete mil) corresponde a encargos financeiros sobre a dívida com a INB.

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Receitas financeiras		
Variações monetárias	-	201
Juros, multas e taxas	-	3
Total das receitas financeiras	<u>-</u>	<u>204</u>
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(513)	(422)
Juros, multas e taxas	(901)	(3.433)
Total das despesas financeiras	<u>(1.414)</u>	<u>(3.855)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.414)</u>	<u>(3.651)</u>

30 – CUSTOS FABRIS NÃO APROPRIADOS À PRODUÇÃO

São gastos incorridos na fábrica e não incorporados na produção, decorrentes da utilização de critério de capacidade de produção, estabelecido por diversos setores da área industrial.

31 – PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A NUCLEP é Patrocinadora-Fundadora do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, tendo como demais patrocinadores a Eletrobrás Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR, as Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB e o próprio Instituto, entidade fechada de previdência privada, que administra um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social para seus empregados e dirigentes, amparado por contrato solidário de responsabilidades firmado entre todas as partes.

O programa criado em 1979 para ser o fundo de pensão do setor nuclear do país, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, é mantido através de um Plano de Benefícios Definidos – BD, que visa garantir a maioria dos participantes, uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à da atividade, quando somada à da previdência social limitada a três tetos previdenciários. Dá cobertura, também, às aposentadorias por invalidez, especiais e o pagamento de pensões aos dependentes de participantes que vierem a falecer. Em 31 de dezembro a população vinculada ao programa era a seguinte, comparada com o exercício anterior:

DADOS POPULACIONAIS	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
	Plano BD	Plano BD
1. Participantes Ativos		
1.1. Número de empregados vinculados ao plano	818	818
1.2. Idade Média (anos)	48,86	48,86
1.3. Serviço Creditado (total)	13,89	13,89
1.4. Tempo Médio de Serviço Futuro (Aposentadoria)	14,41	14,41
1.5. Valor do Salário Médio (R\$)	11.409,88	11.409,88

2. Aposentados

2.1. Participantes Aposentados por contribuição, idade e especial	245	245
2.2. Idade Média (anos)	65,09	65,09
2.3. Benefício Médio (R\$)	6.858,60	6.858,60

3. Pensionistas

3.1. Número de participantes pensionistas	51	51
3.2. Idade Média (anos)	63,64	63,64
3.3. Benefício Médio em R\$	2.979,08	2.979,08

População Total

1.114	1.114
--------------	--------------

Ao adotar os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, essa especialmente pela Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33, a NUCLEP procedeu à avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefício pós-emprego, através da empresa ASSISTANTS LTDA – Registro CIBA nº 068, cujos resultados são abaixo expostos.

A avaliação independente é baseada no regime de capitalização sob o método da Unidade de Crédito Projetada e pode diferir daquela que é periodicamente realizada pela administração do programa, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

Em 31 de dezembro, a avaliação independente revelou os seguintes resultados:

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	Março 2019	Dezembro 2018
Valor presente da obrigação atuarial no Início do Exercício	654.798	654.798
Custo dos Juros	60.241	60.241
Custo do Serviço Corrente	-	-
Benefícios Pagos pelo plano	(22.404)	(22.404)
Remunerações de Ganhos/(Perdas) Atuariais	(147.925)	(147.925)
Valor presente da obrigação atuarial no final do Exercício	544.710	544.710
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS		
Valor Justo dos Ativos no Início do Exercício	663.485	663.485
Receitas de Juros	62.197	62.197
Contribuições do Patrocinador	10.644	10.644
Contribuições dos Participantes	10.588	10.588
Benefícios Pagos pelo plano	(22.404)	(22.404)
Contribuições patronais extraordinárias	2.728	2.728
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os ativos do plano	66.948	66.948
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	794.186	794.186
ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO	249.476	249.476

A NUCLEP subscreveu um contrato de confissão de dívida junto ao NUCLEOS para garantir a reposição de aportes vencidos. A Companhia optou pelo registro contábil desse contrato cujo saldo, em 31/12/2018, é de R\$ 216.310 (nota 23).

32 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas que possam impactar em prejuízos ao patrimônio da NUCLEP. As coberturas estão assim distribuídas:

<u>Seguro</u>	<u>Riscos Cobertos</u>	<u>Cobertura R\$</u>
Estoque e Imobilizado	Incêndios e riscos diversos	125.981.991,96
Diretores e conselheiros	Responsabilidade civil	10.000.000,00
Veículos	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais	100% tabela FIPE
Viagem/Permanência de funcionários a serviço no exterior	Responsabilidade civil	3.000.000,00
Seguro Incêndio – Escritório Rio	Incêndio, Raio, Explosão, Implosão e Danos Elétricos	993.845,00
Riscos Nomeados – Patrimoniais Terminal Portuário		8.500.000,00
Seguro de vida em grupo	Funcionários	1.034

33 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997 a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade, com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A, para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato, alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais.

Na tentativa de não denunciar o contrato, a Nuclep pactuou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e conseqüentemente refazer o plano de recebimento incluindo as novas obrigações assumidas pelo arrendatário. Entretanto, a TMC continuou inadimplente, levando a Nuclep em 29 de setembro de 2004 a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário.

Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retro portuária, mas, quanto à dívida, teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais, distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital – RJ, aguardando decisão.

A NUCLEP considera remota a possibilidade de recebimento do montante da dívida, e tem optado em manter registrado contabilmente em contas de compensação o valor de R\$ 259.225 mil que corresponde ao total da dívida corrigida e acumulada conforme parecer jurídico.

34 – PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A companhia possui prejuízos fiscais e conseqüentemente bases negativas de contribuição social, que geram créditos fiscais e não se encontram refletidos nas demonstrações contábeis, e representam um ativo fiscal diferido, que serão compensados com lucros tributários gerados pelas operações futuras, demonstrados a seguir:

	<u>Março 2019</u>	<u>Dezembro 2018</u>
Imposto de Renda	(104.226)	(103.439)
Contribuição Social	(116.437)	(115.650)

35 – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, envolvendo operações de empréstimos e financiamentos e contratos para fabricação de bens. As transações são realizadas de acordo com os padrões de mercado.

	Tesouro Nacional	Marinha do Brasil	INB	ELETRO NUCLEAR	NUCLEOS	TOTAL
Saldo em 2018	252.039	(52.720)	(32.501)	(12.864)	(216.310)	(62.356)
Ativo						
Contas a receber	253.975		-	906		(254.881)
Passivo						
Contas a pagar		67.323	33.128	19.609	218.417	338.477
Saldo líquido em Março 2019	253.975	(67.323)	(33.128)	(18.703)	(218.417)	(83.596)

36 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga aos empregados e administradores, no período foi de R\$ 33.763,00 (Trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais) e R\$ 2.086,96 (Dois mil, oitenta e seis reais e noventa e seis centavos).

O maior honorário atribuído aos administradores tomando por base no período, segundo as normas estabelecidas pelo CGPAR nº 3/2010, incluído na demonstração de resultado como despesas administrativas, foi de R\$ 33.763,00 (Trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais).

37 – CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia.

38 – EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 – A Empresa implantou a partir do ano de 2018, um programa de desligamento de empregados, denominado Programa de Apoio à Aposentadoria (PAA), com a finalidade estimada em atingir um público elegível de 129 (cento e vinte e nove) empregados aposentados e em condições de se aposentar. Esta expectativa, foi superada em 26 (vinte e seis) empregados totalizando um total de 155 (Cento e cinquenta e cinco) adesões ao programa, sendo que deste total, 36 (Trinta e seis) empregados a um custo de R\$ 7.548 Mi (Sete milhões, quinhentos e quarenta e oito mil reais) para o corrente exercício, e o restante, (119 funcionários) para o próximo exercício a um custo estimado de R\$ 26.860 Mi (Vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta mil reais). Considerando que estas vagas não serão preenchidas imediatamente, estima-se uma redução de custos para os próximos exercícios de R\$ 108 Mi (Cento e oito milhões) ao ano. O referido estudo, foi submetido ao Conselho de Administração da empresa e aprovado durante a reunião conforme Ata n.º 108 de 26/02/2018.

38.2 – Com base em decisão conjunta dos presidentes das patrocinadoras, a diretoria do Instituto de Previdência Complementar – NUCLEOS, constituiu um grupo de trabalho com o intuito de definir e implementar um plano de ação visando a abertura dos novos planos de contribuição definida (CD) e, concomitantemente, promover o fechamento do atual plano básico de benefícios (BD). Esse grupo de trabalho, é coordenado pelo instituto com a participação de representantes das patrocinadoras e encontra-se em fase de elaboração.

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Administrativo
CPF 730.465.237-34

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Contador - CRC-RJ 044.218/O-0
CPF 414.363.777-49